

Economia

de Comunhão

uma nova cultura



O que é dar?
É o amor
em ação
(Madre Teresa de Calcutá)



ECONOMIA DE COMUNHÃO
uma nova cultura
Ano VI – nº 1 – Julho 2000
Suplemento da Revista Cidade Nova

Diretor responsável: Alberto Ferrucci

Endereço para correspondência:
R. Igino Giordani, 176
06730-000 – Vargem Grande Paulista – SP
Fone (+11) 7960.1017
czfaraceli@node1.com.br

Impressão:
Paulus Gráfica

3	Cartas do mundo	Carla Bozzani
4	Dialogar com a sociedade civil	Alberto Ferrucci
5	A EdC é aberta a todos	Chiara Lubich
6	A economia é amor	Luigino Bruni
7	Daniel chegou em casa	Oreste Paliotti
8	Faria e Irmãos Ltda.	Antonio Faria Lopes
9	O Clube dos 500	A. Luna e N. Cardenas
10	SAPedc	M. Vriz e L. Rossi
11	Um capital gratuito indispensável	Simona Di Ciaccio
12	Estruturas de pecado, estruturas de "graça"	Vera Araújo
13	Labomarques	Carlos e Cristina Marques
15	Reestruturações empresariais e relações de reciprocidade	Luca Crivelli
16	Novas teses	Antonella Ferrucci
17	Mensagem aos formandos	E. Gullo e M. Guzzon
18	Agenda do Movimento Econômico	Alberto Ferrucci
20	Congresso EdC em Porto	Benjamim Ferreira
21	Seminário em Malta	Carmel Bonello
22	Um modelo mais rico de atuação econômica	Vittorio Pelligra
23	Palavras vivas da história	Luigi Einaudi
24	Utilidade e inutilidade do agir humano	Benedetto Gui
25	Por uma cultura econômica mais ampla	Luigino Bruni
26	Diálogo com os leitores	Alberto Ferrucci



São experiências de vida, testemunhos de Evangelho vivido por pessoas que participam do projeto EdC recebendo ajuda financeira. Atualmente o enajamento dessas pessoas está em viver a cultura da partilha, colocando em comum as suas necessidades com a mesma dignidade de quem dá. Elas são ajudadas com os lucros das empresas, integrados com a contribuição extraordinária pedida aos membros do Movimento dos Focolares "para os 7.000", enquanto os lucros da EdC ainda não forem suficientes para cobrir todas as necessidades.

Abrir caminho para outras pessoas

Até agora fizemos parte do "grupo dos 7.000". Com grande alegria, porém, comunicamos ter recebido um presente das mãos de Deus: um trabalho para R. e, assim, não precisamos mais dessa ajuda extraordinária. Sabemos que muitas famílias precisam de ajuda financeira e agora se abre para elas o mesmo caminho que, tempos atrás, nos deu a possibilidade de sobreviver. Nós nos sentimos amados concretamente, revigorados por esta experiência e felizes por pertencermos a uma grande família. (Uruguai)

Raios e feiticeiros

Durante um violento temporal, fui atingida por um raio que deixou a metade do meu corpo paralisada. Além disso, uma parede da minha casa foi destruída. Na nossa terra, crenças tradicionais afirmam que quando acontece algo assim é um sinal de que alguém está querendo fazer mal à pessoa que sofreu o infortúnio e é preciso, então, procurar um feiticeiro.

Não concordei, pois tenho a certeza de que só Deus pode nos socorrer. De fato, o Seu amor nos fez encontrar uma surpresa: ao chegar em casa, quando saí do hospital, encontrei a parede reconstruída, graças ao dinheiro que havia recebido justamente naquele período. (República dos Camarões)

Uma bolsa de estudos

Sempre partilhamos os nossos bens com quem precisa, mas neste ano nos encontramos numa situação difícil e foi preciso até contrair dívidas para pagar os estudos de nossa filha. Portanto, não tínhamos mais nada para dar e isto nos fazia sofrer. Um dia, para a nossa surpresa, recebemos uma bolsa de estudos para a nossa filha! Pagamos a dívida e ainda pudemos dar um pouco do que tínhamos. (Venezuela)

Livros para estudar

Tenho dez anos e todos os meses recebo o dinheiro para pagar a escola. Esta ajuda chegou no momento mais difícil da minha vida. Papai nos abandonou e não se preocupa comigo. Começou a faltar tudo na minha casa... e eu não poderia continuar os estudos, porque não tinha como comprar os livros. A ajuda que recebo me deixa feliz e agradeço a Deus pelo Seu amor. (Brasil)

Salário para 15 dias

Com os nossos salários, conseguiríamos nos manter apenas nos primeiros 15 dias do mês. Porém, acreditando na Providência, sempre recebemos o cêntuplo, que nos permite comprar alimentos e remédios. De fato, não poderíamos cuidar dos nossos quatro filhos sem esta ajuda que nos chega regularmente. (Brasil)

Carla Bozzani

e-mail: edc@focolare.org

Chão de cimento

Tenho dez filhos que me preocupam muito. Experimento, contudo, a contínua intervenção da Providência que me ajuda a ver os aspectos positivos da personalidade de meus filhos e que abre caminhos para que eu consiga tudo o que é necessário para a nossa sobrevivência. Uma parte da soma que recebo das empresas da Economia de Comunhão garante o tratamento de saúde das crianças menores; uma parte é utilizada na compra de alimentos e vestuário e com uma outra parte foi possível cimentar o chão da nossa casa. No meu coração há somente uma enorme gratidão. (República dos Camarões)

Não conseguíamos mais ter esperança

Jamais agradeceremos suficientemente esta ajuda que transformou a nossa família, principalmente no aspecto espiritual. Quando não tínhamos o que comer, o que vestir e nem condições de comprar remédios, nos sentíamos abandonados por Deus, e não conseguíamos mais ter esperanças. Quando recebemos a ajuda, experimentamos concretamente o olhar pessoal e amoroso de Deus por nós. (República dos Camarões)

Ser igual a todos

Eu, que tenho cinco anos, meus irmãos e minhas irmãs, agora podemos comer bem, ir à escola e nos vestir como todas as pessoas. (República dos Camarões)

Dar a minha parte aos outros

A "ajuda aos 7.000" sempre chegou nos momentos mais difíceis, quando, por exemplo, eu precisava comprar os remédios que devo tomar sem interrupção. Agora, a situação financeira da minha família melhorou e tem condições de me ajudar. Desse modo, a soma que recebia pode ser destinada a uma outra pessoa. (Brasil)

Fruto da comunicação

A ajuda que recebo financia o tratamento que devo fazer para corrigir um defeito físico que me impede de falar corretamente. A terapia é muito cara e quando contei ao médico o que é a Economia de Comunhão, ele me fez um desconto de 50%. (Brasil)

Ser humildes, com dignidade

Sempre fui muito independente e queria ganhar o suficiente para viver. De repente, porém, precisei de ajuda para enfrentar uma crise econômica imprevista. Era difícil depender de outras pessoas, mas aprendi a ser humilde, com dignidade. Não me envergonho mais, porque entendi que a soma recebida é expressão do amor de Deus por mim. (Santo Domingo)



Ao entrar no ano 2000, a nossa revista renova o seu *lay-out* e aproveita a ocasião para aumentar o número de páginas, além de inaugurar uma rubrica de diálogo com o leitor. Nestes sete anos de vida, ela deixou de ser um simples instrumento de união e informação entre os protagonistas do projeto mundial da Economia de Comunhão (EdC), para se tornar um meio de difusão das experiências inovadoras que nascem das empresas da EdC, inclusive em âmbito internacional, através das edições em diversas línguas.

É um conjunto de empresas diferentes entre si, animadas por empresários, acionistas e trabalhadores, em comunhão com um pequeno povo formado por mães de família, profissionais especializados, políticos, estudiosos, trabalhadores, estudantes, jovens e adultos, todos unidos pelo desejo de construir um mundo unido.

Com o nascimento do Movimento Econômico, que deseja representar este povo que dialoga com todos sobre os problemas da economia, a nossa revista – que estará disponível também na Internet – assumiu o compromisso de publicar algumas reflexões sobre a teoria econômica, a gestão empresarial e outras ciências sociais, que surgiram desta experiência baseada na cultura da partilha.

Esta é uma exigência comum, neste período no qual os acontecimentos de Seattle e Davos demonstraram que a explosão da Nova Economia deve ser acompanhada pelo nascimento de um diálogo igualmente global.

Um diálogo entre as instituições políticas, as grandes organizações econômicas e a sociedade civil, sobre a direção a ser tomada rumo a um futuro sustentável para todas as nações, para a humanidade no seu conjunto e para o planeta que a hospeda. De fato, não podemos mais confiar-nos à esperança, que já se demonstrou ilusória, de que todas essas inovações produzirão fatalmente um bem-estar generalizado.

Sentimos, então, o dever de contribuir documentando o início de um diálogo com a cultura econômica contemporânea, que se anuncia particularmente profícuo, inclusive graças ao número crescente de estudiosos que se colocam à disposição, com horizontes de pesquisa que ampliam as razões da dignidade teórica da ação de todos os que operam no âmbito da EdC.

Isto sem esquecer o compromisso das empresas da EdC de colocar em comum suas experiências, cada vez mais variadas, e informar sobre as teses que abordam este tema.

Queremos, enfim, tratar das novas temáticas, como aquelas levantadas pelas sociedades supranacionais, na sua tumultuada expansão e evolução, principalmente graças à Nova Economia. Desejariamos tratar os aspectos problemáticos inerentes a este tema, com a ajuda de estudiosos da área, questionando-nos sobre a complexidade da sua razão de ser também sob a ótica da doutrina social cristã e valendo-nos da experiência de pessoas que vivem a cultura da partilha com todo o coração. Tudo isso com a convicção de que a pessoa humana tem o direito de se exprimir em todas as suas potencialidades também dentro das organizações econômicas, de qualquer dimensão. Não podemos esquecer que a função social da empresa não deve se limitar apenas à produção de riquezas, deixando ao Estado a tarefa de redistribuí-la, e à sociedade civil e ao voluntariado a função de suprir os desequilíbrios sociais daí resultantes.

Junto com outros protagonistas da economia e da sociedade civil, queremos promover o diálogo com os empresários e os administradores que hoje têm o mérito e o privilégio de gerenciar estas grandes organizações econômicas, visto que elas têm conquistado um poder paralelo, se não superior, àquele expresso pelos cidadãos através dos canais e instituições públicas, e que, portanto, têm o ônus de assumir a responsabilidade do impacto social decorrente das próprias atividades.

Gostariamos que nascesse um espaço no qual eles pudessem se exprimir, livres do próprio papel empresarial, como pessoas capazes de trazer à tona a “vocação” a partilhar, presente no íntimo de cada ser humano.

Mas antes de convidá-los a participar de uma mesa redonda, na qual poderíamos refletir juntos, pedimos uma colaboração concreta na elaboração de uma perspectiva mais ampla, na qual se sintam impulsionados a usar o próprio poder para contribuir positivamente ao bem comum, e não apenas em vista do enriquecimento pessoal, transformando-o num talento precioso que pode dar frutos coletivamente. Talento este que poderá se tornar um verdadeiro recurso para a humanidade.

Alberto Ferrucci

e-mail: Prometheus@interbusiness.it

A economia de comunhão é, sem dúvida, aberta a todos



A Economia de Comunhão é, sem dúvida, aberta a todos, desde que a sua “regra” seja respeitada, isto é, que os lucros sejam repartidos em três partes: uma para os pobres, uma para a empresa e uma outra para as estruturas nas quais se formam “homens novos”.

Quem quer fazer Economia de Comunhão precisa mergulhar nestas estruturas, porque deve se tornar um “homem novo”. A “regra” da Economia de Comunhão exige que assumamos o Ideal da unidade e que vivamos profundamente a cultura da partilha... Somente assim ela funciona.

Montet, 13 de agosto de 1999

Chiara Lubich

Se quiséssemos resumir numa palavra o que está acontecendo por meio da Economia de Comunhão, poderíamos dizer que ela busca colocar o amor no centro da Economia, tanto na prática, quanto na reflexão cultural e teórica.

Considerar que o amor seja importante na “prática” econômica não é uma grande revolução no pensamento comum: muitas das experiências econômicas surgiram do desejo de amar o próximo. Basta pensar na comunhão dos bens realizada pelos primeiros cristãos, nas experiências dos mosteiros beneditinos ou nas inúmeras empresas privadas que ainda hoje surgem porque o empresário quer fazer algo por amor à própria família, para não ver os seus companheiros migrarem ou para oferecer oportunidades aos menos favorecidos. Podemos considerar ainda o recente florescimento de empresas sem fins lucrativos, que têm por objetivo principal dedicar-se aos excluídos da sociedade.

Mesmo que tenhamos muito a dizer sobre as semelhanças e diferenças entre o amor que está no centro da EdC e as outras formas que o amor assumiu em experiências análogas, nesta breve reflexão, porém, quero me deter num outro aspecto, menos óbvio, que pode até ser

considerado ingênuo ou extravagante, isto é, acreditar que a categoria do amor possa ter um lugar central na “teoria” econômica.

É conhecida a afirmação do economista D. H. Robertson, segundo o qual o amor não deve ser desperdiçado no contexto da vida econômica, pois para explicar e prever comportamentos econômicos, basta avaliar o ganho pessoal. O estoque de amor que cada homem possui deveria, pelo contrário, ser utilizado em outras esferas mais nobres da vida, nas quais ele é requisitado (família, amizade, filantropia...). Esta afirmação trata o amor como um bem econômico: assim como todos os bens, ele é escasso e se deprecia pelo uso; portanto, não deve ser desperdiçado com a sua utilização na vida econômica, que não precisa dele.

Esta tese, que pode parecer simplória (inclusive porque muitas dimensões do amor não podem ser tratadas como um bem que se consome, mas como uma virtude que aumenta com o uso), tem, ao invés, raízes teóricas profundas, e ocupa um lugar de destaque na ciência econômica contemporânea.

Antes da modernidade, era inconcebível que a convivência não estivesse alicerçada no amor. No mundo cristão com certeza isto era verdadeiro. A etimologia da palavra comunidade indica isto claramente; de fato, a palavra comunidade deriva de *cum-munus*, que significa dom recíproco.

A ciência política foi a primeira a romper com esta tradição e a afirmar que o fundamento da vida comunitária não é o amor, mas sim o contrato baseado no “temor recíproco” entre os homens (T. Hobbes).

Um século depois, a economia seguiu pelo mesmo caminho. Distanciando-se da tradição clássica, os primeiros economistas, dos quais Smith é o representante, conceberam o mercado como espaço da liberdade, dos relacionamentos entre semelhantes, da possibilidade de não depender mais dos outros. E o amor não é útil ao mercado, pelo contrário, é justamente a existência do mercado que permite que uma multidão de sujeitos se relacione de maneira pacífica e livre. Uma multidão de pessoas que realizam trocas motivadas apenas pelo interesse pessoal, sem o amor e o conhecimento recíprocos.

Eis onde reside o valor positivo do mercado, que deve ser reconhecido. De fato, se nos abstrairmos dos mercados “reais” – que, muitas vezes, em virtude da ação de várias formas de egoísmo e de poder se tornam verdadeiros campos de batalha – e voltarmos à sua pureza, ele é uma zona franca, alternativa a um outro espaço de “encontro” entre pessoas e povos que não se amam: a guerra. Os comerciantes foram sempre paladinos da paz e inimigos da guerra.

No entanto, a visão da economia e do mercado dos primeiros economistas, radicalizou-se ao longo do tempo, e, no final do século XIX, quando surgiu a ciência econômica, ela se constituiu exatamente sobre a afirmação de que, enquanto para os outros tipos de relacionamentos sociais (familiares, religiosos, éticos...) o amor cumpre um papel crucial, na interação econômica ele não tem utilidade. Mais ainda, se entrar em cena o amor pelo outro contratante, saímos do campo da economia. São Paulo – afirma o economista P. Wicksteed – com certeza tinha um grande amor ao próximo, mas não amava a todos. Quando ia ao mercado vender as suas tendas, não precisava se preocupar com o bem de seus compradores, pois de outro modo a sua ação não seria mais econômica. O comprador deveria ser simplesmente indiferente para ele. Logicamente era uma indiferença recíproca que agradava às duas partes!

Em relação ao amor, a ciência contemporânea não foi muito além dessas posições, com exceção de algumas tentativas de inserir o altruísmo nas análises econômicas; é necessário, porém, notar que o altruísmo é um conceito muito menos rico e envolvente do que o amor cristão.

O desafio que os estudiosos da EdC estão aceitando, isto é, conferir fundamentos e dignidade científica a esta experiência, tem entre os seus pilares a categoria da comunhão, que é a

própria tradução do amor em termos econômicos: acolhimento e doação gratuita, que suscitam a reciprocidade.

O que os construtores da ciência econômica rejeitaram, na EdC tornou-se pedra angular!

É uma operação que se revela um desafio formidável à estrutura metodológica da economia; operação esta que não tem o seu êxito garantido, mas que, a meu ver, não pode ser evitada.

A economia é amor

Luigino Bruni

e-mail: bruni.l@flashnet.it



Daniel chegou em casa

Alto, forte, cabelos ruivos e com um sorriso contagiante, Daniel Damonte, de Córdoba (Argentina), tinha 37 anos e quatro filhos, é uma daquelas pessoas inesquecíveis, capazes de despertar as aspirações mais recônditas em quem o encontra, quase como um espelho que sabe refletir o que há de melhor no outro.

Justamente por ser criativo e concreto, ele faz tudo com paixão e irradia certeza, como quem nunca se detém diante das dificuldades; sabe perder tempo com os filhos e com os amigos que encontra pelas ruas.



Ainda muito jovem, conhece o Ideal do Movimento dos Focolares na Mariápolis de O'Higgins, ocasião em que sente-se impelido a se dedicar por inteiro pela unidade da família humana, e chega ao ponto de amar com a medida maior: a de dar a vida. Casado com Adriana, abre uma empresa de telefonia e informática, um trabalho que frequentemente o mantém longe da família e de sua cidade. Com o nascimento da EdC, ele adere ao projeto imediatamente, com a sua empresa. Junto com outros empresários, porém, deseja contribuir para iniciar o pólo empresarial "Solidaridad", nas proximidades da Mariápolis de O'Higgins.

Não é um empreendimento fácil, pois O'Higgins está imersa nas pampas, a mais de 200 Km de Buenos Aires, Rosário e Córdoba, cidades nas quais se concentram as atividades econômicas na Argentina.

Junto com outros dois empresários de Córdoba, Ramon Cervino e Mario Beccia, Daniel consegue inventar uma atividade produtiva, criando em O'Higgins a sociedade "Novedad", que produz instrumentos eletrônicos e pequenos eletrodomésticos.

O primeiro produto de sucesso é um termômetro com alarme visual e sonoro, para controlar a temperatura da água para o chimarrão. O termômetro avisa quando a temperatura da água atinge 93° C, e assim pode-se evitar a fervura, que dissipa o seu precioso oxigênio.

No dia 31 de agosto de 1999, Daniel vai a Buenos Aires a trabalho e, ao voltar, se atrasa, perdendo o avião para Córdoba. Telefona e avisa Adriana que voltará no último vôo. O avião decola com atraso e, após alguns minutos, uma explosão na turbina precipita o aparelho no chão, em chamas, com 103 pessoas a bordo. Adriana e as crianças esperam em vão.

Apenas 20 passageiros, que estavam nas últimas filas, conseguem se salvar saindo pela porta posterior: entre elas uma aeromoça que, no dia seguinte, no telejornal, narra o drama vivido no mais grave desastre da história da aviação argentina.

Quase incrédula por ainda estar viva, ela conclui com um apelo fervoroso: deseja conhecer "aquele senhor alto e forte, com os cabelos ruivos que me ajudou a sair do avião". Ela ainda não sabe que quem se arriscou para salvá-la e talvez para salvar outras pessoas, não conseguiu salvar a si mesmo: continuou a amar até o fim, até dar a vida.

Amor em ação

Se a Economia de Comunhão nasceu, ela nasceu por estar inserida num contexto cultural particular, que está construindo um mundo novo: a cultura da partilha. Madre Teresa dizia: «O que é dar? É o amor em ação». Portanto, se nós queremos amar, devemos chegar à ação, devemos chegar à partilha.

Castelgandolfo, 8 de fevereiro de 1998

Chiara Lubich

Oreste Paliotti

e-mail: segr.rivista@cittanuova.it

Uma empresa EdC portuguesa em expansão



A Faria & Irmãos, produz moldes em plástico para a fabricação de calçados e foi fundada em 1957 pela minha família. Em 1987, junto com meu irmão, Acácio, compramos as quotas de meu tio e incluímos na sociedade o nosso irmão mais novo, que ainda estava estudando.

Faria & Irmãos Ltda.

Há 25 anos, Acácio e eu conhecemos jovens que, livremente, partilhavam idéias, conhecimentos e até bens materiais. Eram os gen. Esta experiência marcou as nossas vidas, levando-nos a descobrir o valor das diferenças, do respeito pela outra pessoa, a solidariedade, a unidade.

Quando começamos a trabalhar na nossa empresa, pareceu-nos lógico continuar a viver segundo este estilo de vida. Embora administrar uma pequena empresa fosse uma realidade nova, havia sempre o relacionamento entre pessoas.

Não tínhamos muitos conhecimentos administrativos, mas estávamos conscientes da importância de escutar os clientes, os colaboradores e os fornecedores, e de cumprir os compromissos assumidos, mesmo quando era difícil. Havia, ainda, uma atenção especial em construir relacionamentos mais profundos, que não fossem simplesmente comerciais, e assim perceber eventuais dificuldades, com a certeza de que tal postura não significa perda de tempo.

Procurávamos pagar os salários levando em consideração as necessidades dos funcionários e as possibilidades da empresa. Todos eram informados sobre a estratégia, as dificuldades e os objetivos, e, quando comprávamos novos equipamentos, garantíamos o aprendizado e a manutenção do emprego.

Um marco importante para a nossa empresa foi a viagem de Chiara ao Brasil, em 1991: o projeto EdC confirmou, esclareceu e estimulou um caminho que desejávamos percorrer com empenho cada vez maior. Com os nossos funcionários, por exemplo, procuramos criar, na empresa, um ambiente de família e de solidariedade, no respeito



Antonio Faria Lopes

e-mail: fariairmao@mail.telepac.pt

recíproco, promovendo a formação técnica de todos e oferecendo condições dignas de trabalho. Com os nossos clientes, procuramos construir um relacionamento pessoal, mantendo a qualidade dos produtos e a fidelidade aos prazos de entrega. No contato com os fornecedores, é constante o empenho de respeitar rigorosamente os compromissos e os pagamentos, e enfrentar as dificuldades com rapidez e humildade. Enfim, com os concorrentes, procuramos superar, com o diálogo, as dificuldades que surgem do fato de que funcionários de outras empresas se oferecem para trabalhar conosco, por causa da diferença que encontram na concepção do trabalho e na remuneração.

Quanto às questões ambientais, nos tornamos pioneiros na reciclagem de moldes usados. Eles são fabricados em polietileno não biodegradável e incorporam elementos metálicos que dificultam seu reaproveitamento. Tendo comprado maquinário adequado, recolhemos dos nossos clientes as fôrmas usadas, que antes eram transformadas em lixo industrial. Foi um investimento elevado, mas que está se revelando válido, inclusive sob o aspecto econômico.

No relacionamento com a sociedade não nos limitamos ao pagamento de impostos: ajudamos organizações de solidariedade social, apoiando iniciativas culturais e promovendo a inserção de pessoas não qualificadas no mercado de trabalho, sem subsídios do Estado. Atualmente temos três trabalhadores nessas condições.

O nosso olhar ultrapassa os limites do território nacional. Em Bujumbura, no Burundi, mantemos um projeto que proporciona instrução para 80 crianças.

A este ponto, pode surgir uma pergunta: "Quanto tempo consegue sobreviver uma empresa com uma administração deste tipo?"

A empresa está viva e, graças a Deus, tem os seus lucros. Há dificuldades, decepções, cansaço, nisso somos todos iguais. A cada dificuldade, porém, aparecem sempre soluções que – afirmo isso porque esta é a nossa experiência – geralmente se revelam surpreendentemente positivas.

Experimentamos a felicidade de participar de um grande projeto que vai além do nosso mérito ou capacidade. Temos a alegria de perceber a presença daquele "Sócio" que parece estar escondido, mas que se manifesta, dá sugestões, equilibra, dá confiança e coragem, e ilumina as decisões, as iniciativas e as estratégias.

Nós, sócios, procuramos ser unânimes nas decisões. No início éramos dois que acreditávamos neste tipo de administração, agora, constatando os resultados desses anos, os outros dois sócios não têm mais tantos temores.

Em 1987, tínhamos nove funcionários e uma fábrica em Leiria, com uma produção de 240 peças por dia e um faturamento de aproximadamente 100 mil dólares. Éramos a sexta maior empresa do setor no país.

Em 1998, tínhamos 60 funcionários, com fábricas em Leiria, Porto e Guimar, com uma produção de 2.800 peças por dia e um faturamento anual de 2 milhões e 700 mil dólares, e passamos a ocupar o primeiro lugar na produção nacional. Além disso, vendemos para a Espanha, França, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha, Polônia, Macedônia, Estônia, República Checa, Eslováquia e Japão.

O mercado nos oferece uma confiança



que supera as nossas expectativas. Acontecimentos não provocados por nós dão continuidade a um fluxo de receitas que passa por nós para chegar aos seus verdadeiros destinatários.

É a surpreendente dinâmica de “dar e haver”, realmente espetacular, que dissipa toda dúvida e nos estimula a acreditar cada vez mais na Providência. Quando a Providência não se manifesta, dizemos: «Não acontece nada, porque não demos nada. Chegou a hora de acreditar novamente».

Após cada decisão tomada no sentido oposto ao da prática comercial, sempre experimentamos o cêntuplo prometido por Jesus: um lucro inesperado, uma oportunidade imprevista, a oferta de uma nova colaboração, a idéia para uma nova estratégia.

Tendo coberto todo o mercado nacional, partimos à procura de novos mercados. É um processo difícil, caro e que exige paciência. Porém alguns meses atrás recebemos um convite de uma outra empresa europeia, líder no seu país, para fazermos uma parceria. Quase no mesmo momento, uma outra empresa, de um outro país, mas também líder, nos propôs um contrato idêntico. Nestes dias, estamos estudando a possibilidade de um terceiro contrato. Para nós, estes não são simples acordos semelhantes. Podem parecer coincidência, mas não é assim.

Recentemente recebemos um convite oficial para fazer parte de um grupo de oito empresas, entre as mais representativas no mercado nacional de calçados, para investir na China. Após vários contatos, neste primeiro trimestre de 2000 abriremos duas lojas em Pequim e outras duas em Xangai. Há ainda a previsão de instalar, em 2001, uma fábrica na Província de Schandong, na cidade de Wrihai.

Não sabemos qual será o futuro da Faria & Irmãos, mas o presente – que desejamos perpetuar – nos leva a trabalhar para que a empresa continue revitalizando e tornando mais felizes as pessoas com quem temos contato.



O Clube dos 500

«Quando Chiara lançou o convite para criarmos empresas da Economia de Comunhão, fundamos, em Bogotá, o Instituto Colombiano de Logoterapia: uma empresa que presta serviços psicossociais e emprega cinco pessoas. Nos últimos três anos, apesar de destinar uma parte dos lucros à EdC, com uma outra parte conseguimos abrir sete núcleos “Solidarizemos”: grupos de solidariedade inspirados na experiência da Grameen Bank, de Bangladesh, mediante os quais conseguimos financiar pequenos empréstimos com juros inferiores aos cobrados pelos bancos. Atualmente atendemos 110 pessoas e o objetivo deste projeto é ajudá-las a criar postos de trabalho e defendê-las da solidão nos momentos de dificuldades econômicas, para que não entrem no círculo dos agiotas, tão difundido em nosso país.

Gostaríamos de dar um espaço cada vez maior, neste noticiário, a experiências que, embora não sejam propriamente da EdC, são expressões, no campo econômico, da cultura da partilha.

Nasceram experiências de todo tipo, que sempre confirmam a promessa evangélica «Dai e vos será dado».

Uma vez, soubemos que uma senhora deveria pagar imediatamente as quatro prestações vencidas de sua casa, caso contrário seria despejada. Naquele momento não dispúnhamos de fundos suficientes, houve uma certa hesitação, mas decidimos ajudá-la com

80% do valor total da dívida. Três dias depois, fomos convidados a dar um curso numa cidade vizinha, que nos deu uma receita cinco vezes maior do que a soma que emprestamos a ela.

Numa outra vez, um dos núcleos que reúne jovens que já cometeram delitos e estão em fase de reabilitação, nos pediu um empréstimo para a compra de material, a fim de iniciar uma atividade artesanal que nos pareceu economicamente viável.

Naquele situação, nos lembramos das considerações dos estudiosos da EdC sobre “a capacidade reflexiva da confiança”, e decidimos conceder o empréstimo. Alguns jovens, porém, desviaram a soma recebida e não pagaram a própria parte do empréstimo. Outros, ao invés, pagaram o que deviam e ainda procuraram convencer os que não cumpriram o acordo a voltarem ao trabalho e, aos poucos, saldaram a dívida. Disseram: «Não poderíamos ser desonestos com vocês, que confiaram em nós».

Uma senhora que faz parte de um núcleo teve a idéia de comercializar um tipo de queijo produzido numa região perto de Bogotá. Ela conseguia comprar este queijo de uma camponesa por um preço muito baixo. Todo o núcleo se envolveu nessa atividade, que se tornou lucrativa. A um certo momento, alguém levantou a dúvida: “Será que a nossa fornecedora não errou as contas?” Reuniram-se com ela e refizeram os cálculos, chegando à conclusão de que ela estava tendo prejuízo. Decidiram, então, pagar mais pela mercadoria e, para não aumentar o preço de venda, reduziram a própria margem de lucro.

Arturo Luna e Nohora Cardenas

e-mail: lunalogo@colomsat.net.co



O carro da minha família já estava velho, e planejávamos trocá-lo, mas, conhecendo tantas pessoas que passam dificuldades, achamos que poderíamos ofendê-las comprando um carro mais caro. Desistimos da troca e, com a soma correspondente, investimos em mais cinco micro-projetos para a geração de empregos.

Um dia, durante um programa de rádio, no qual apresentávamos o projeto da EdC, nasceu a idéia de criar o “Clube dos 500”, isto é, procurar 500 pessoas dispostas a poupar 500 pesos (R\$ 0,50) sempre que possível, para ajudar a gerar postos de trabalho. A idéia foi ganhando corpo e uma senhora, administradora de uma escola infantil, assumiu a responsabilidade do “Clube dos 500”.

SAPedc, Bolonha



Ao encerrar o seu primeiro ano de trabalho, no exercício de 1998, a SAPedc teve um lucro de aproximadamente 21 milhões de liras (21 mil reais). Este resultado nos deu esperança de um futuro promissor e nos permitiu partilhar os lucros com quem passa dificuldades.

Nutrimos uma grande gratidão pelo Movimento dos Focolares, pois sem a idéia da EdC, talvez nunca tivéssemos aberto esta empresa, e nunca teríamos concretizado o nosso ideal de solidariedade. Decidimos, então, dar-lhe um terço do nosso lucro, para a formação de homens novos.

Neste ano, a guerra assolou um país vizinho e nos sentimos impotentes, sem condições de impedi-la e sem meios para ajudar as pessoas, cuja única culpa era morar naquele país. Julgamos, então, que a nossa contribuição, embora pequena, poderia ser importante para colaborar na reconstrução do país. Desse modo, decidimos destinar a outra parte dos nossos lucros às irmãs de Madre Teresa de Calcutá, que trabalham em Kosovo.

A terceira parte dos lucros será utilizada para investimentos na empresa, a fim de que possa crescer e progredir.

Para uma empresa como a nossa, que nasceu com o intuito de ser da EdC, tudo é novo e deve ser experimentado. A proposta de repartir os lucros entre os sócios deixando a cada um a decisão de destiná-los às entidades que desejassem, de um lado seria mais conveniente sob o aspecto fiscal, mas por outro lado não refletiria a nossa vontade de que seja a empresa como tal, e não os sócios individualmente, a concretizar a "partilha".

Por isso, não encontramos outro caminho, senão incluir dentre os custos os dois terços do lucro, custo que, naturalmente, não é fiscalmente dedutível. Assim, além

No final de 1997, Luigi Rossi e Marina Vríz fundaram a empresa "Servizi ad alta professionalità e di comunicazione" (Serviços de alto profissionalismo e de comunicação) ou SAPedc Ltda. Eles haviam conhecido a EdC dois anos atrás, através de um programa de televisão. Especialista em informática, assim como Luigi, e há muitos anos na IBM, Marina encontrou na EdC um ideal capaz de levá-la a se tornar uma empresária.

No projeto que apresentaram a uma instituição para obter um financiamento, escreveram explicitamente que se inspiravam no espírito da Economia de Comunhão, do Movimento dos Focolares, do qual não fazem parte, mas partilham os princípios inspiradores. Anexaram aos vários documentos um texto que explicita as "linhas para a gestão de uma empresa da EdC".

de não termos tido isenção fiscal, pagamos um imposto maior.

Consideramos importante também partilhar o espírito que caracterizou a nossa atividade neste período, porque acreditamos que a novidade deste tipo de empresa é intrínseca ao modo de encarar o trabalho.

No início experimentamos, de um lado, uma certa exaltação – a idéia se concretizava, o escritório ia tomando forma, as previsões se realizavam, havia progressos, aprendemos e ensinamos muitas coisas, construímos relacionamentos – e do outro lado, enfrentamos dificuldades e cansaço: muito trabalho e pouco tempo, a necessidade de encontrar colaboradores, dificuldade de escolhê-los, erros nas escolhas...

Todavia, mesmo quando os relacionamentos não terminavam do modo que desejávamos, sempre pensamos que as pessoas são protagonistas da vida, por isso conhecê-las e nos deparar com relacionamentos difíceis é um desafio do qual não podemos prescindir.

Procuramos também a transparência: nos raros momentos de dificuldade entre nós, sempre encontramos tempo para um olhar ou um abraço que nos levavam a recomeçar. Eu não saberia avaliar se isto é pouco; achamos que não. Na véspera de Natal, às três da tarde, quando todas as empresas já estavam fechadas, fiquei emocionada ao entrar no escritório e ver todos trabalhando, enquanto circulava uma bandeja de torrone...

Algumas vezes tive a impressão de que tudo era muito difícil e me perguntei por que, na minha vida, devo ir ao encontro de situações tão complexas. Nessas ocasiões, Luigi sempre me questionou: «Você tem certeza de que depois não cairia no tédio?».



Marina Vríz e Luigi Rossi

e-mail: mvriz@sapol.it

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), nos seus relatórios anuais, retrata cuidadosamente a situação econômica mundial, com particular atenção aos países em desenvolvimento, e cita algumas linhas de política econômica que representam uma orientação importante para governos e estudiosos. Na base dos trabalhos do UNDP encontramos, há dez anos, um novo indicador: o "desenvolvimento humano", que desloca o objetivo do desenvolvimento do simples acréscimo de riqueza material e financeira (que geralmente se concentra nas mãos de poucos), à possibilidade, para as pessoas em geral, de uma vida longa, sadia e criativa.

Do Relatório UNDP sobre o Desenvolvimento Humano



Simona Di Ciaccio
e-mail: simonadiciaccio@pcn.net

O tema do Relatório de 1999 é o impacto da globalização sobre o desenvolvimento humano. Exaltando o mercado, afirma o texto, a globalização desviou a atenção das pessoas para a produção de bens materiais. Desse modo, porém, diminuiu a "assistência", entendida não somente como assistência aos doentes, aos idosos ou às crianças, mas também aquela feita de laços humanos gratuitos "que ela cria e que satisfaz". Por "assistência", o UNDP entende uma relação entre quem doa e quem recebe, um contato pessoal que envolve emocionalmente, do qual todo homem tem necessidade: "até os adultos mais saudáveis e felizes precisam de uma certa assistência".

Num primeiro momento a atenção voltada aos bens comerciáveis provocou um aumento da riqueza total. No entanto, sustenta o Relatório, essa escolha não só levou a uma diminuição do "desenvolvimento humano", como está ameaçando até mesmo a possibilidade de se produzir riquezas no futuro.

Procuremos entender porque acontece isso. Os bens produzidos por esta "assistência" fornecem benefícios que não podem ser contabilizados, inclusive às pessoas que não podem pagar por eles. A "assistência", se considerarmos o relacionamento entre mãe e filho, cria um tipo de capital humano e social incorporado nas jovens gerações: quem a vive e a experimenta na família e na comunidade, adquire uma capacidade de se relacionar que o transforma num trabalhador e num cidadão mais capacitado.

Para funcionar bem, o mercado precisa de cidadãos e trabalhadores deste tipo; precisa de um ambiente de confiança e de relacionamentos recíprocos abertos. De fato, os empregadores sempre contaram com esta vantagem, porém nunca pagaram pelo uso deste capital.

Paradoxalmente, portanto, o mercado tende a destruir o que é mais necessário a si próprio. Penalizando o altruísmo e a "assistência" – continuo parafraseando o Relatório – ele destrói a solidariedade da família e da comunidade, e provoca a redução deste capital humano e social, impondo um pesado custo em termos de angústia e de ressentimento.

Até agora, este capital invisível foi produzido principalmente pela família patriarcal e pela disparidade de gênero entre o homem e a mulher, que limitava, para esta, as oportunidades de trabalho. Hoje fazem-se necessárias novas soluções para evitar que a globalização, alimentando o individualismo fundamentado no mercado, danifique o empenho em favor da comunidade e da família.

Como encontrar um equilíbrio entre direitos individuais e obrigações sociais? Como gerar novas normas sociais, um novo senso de responsabilidade?

A este ponto, além de ser espontâneo, torna-se obrigatório referir-se à Economia de Comunhão e à cultura da partilha.

Com certeza, a EdC representa uma verdadeira injeção de solidariedade, de abertura ao outro, de assistência recíproca, de confiança... é uma "fábrica" de capital social e de outros bens que não podem ser trocados no mercado e que favorecem o desenvolvimento; favorecem também a equidade distributiva e os direitos sociais (principalmente aqueles ligados às relações de trabalho e o respeito à dignidade humana e à liberdade).

O capital humano e social, fruto da cultura da partilha, geralmente torna possível tudo o que, de outro modo, seria impossível ou muito menos eficiente. As organizações da EdC, as empresas pequenas, médias e os pólos industriais, nasceram porque têm como fundamento esses relacionamentos interpessoais que possibilitaram a formação de capital necessário e a complementaridade das capacidades específicas.

É por esta razão que, nestas páginas, falou-se várias vezes de bens relacionais: os que o UNDP chama de "assistência". Talvez, justamente apostando neles seja possível propor um novo modelo de desenvolvimento humano para todos. A quem deseja se aventurar por este caminho, o relatório do UNDP dá um respeitável encorajamento.

Estruturas de pecado, estruturas de “graça”

Vera Araújo

e-mail: arauvera@loppiano.it



Jesus afirma que o mal, os maus desejos, nascem no coração do homem. Na verdade, o mistério do mal é um fato que diz respeito a cada homem individualmente, que habita no profundo do nosso ser. Do nosso íntimo, o mal “migra” para a sociedade, minando-a em seus alicerces. Assim, uma ação que nasce como um fato pessoal, torna-se um fato social. Podemos, portanto, falar de comportamentos pessoais que geram situações e comportamentos coletivos, que podem ser definidos de “pecados sociais”.

A soma e o acúmulo dessas situações e desses comportamentos podem gerar mecanismos perversos e danosos. Esses mecanismos chegam a agir autonomamente, fugindo do controle das próprias pessoas que os geraram.

O pensamento social cristão chamou tais mecanismos de “**estruturas de pecado**”.

João Paulo II, na encíclica que abre o seu pontificado, a **Redemptor Hominis**, vendo a situação em que se encontra o homem contemporâneo que, embora imerso numa civilização consumista, sofre a indigência e a fome, compara esse quadro à parábola bíblica do rico avarento e do pobre Lázaro. Ele afirma: «A amplitude do fenômeno põe em questão as estruturas e os mecanismos financeiros, monetários, produtivos e comerciais, pois apoiando-se em pressões políticas variadas, regem a economia mundial: esses mecanismos demonstram-se quase que incapazes seja de reabsorver as situações sociais injustas herdadas do passado, seja face aos desafios urgentes e às exigências éticas do presente. Submetendo o homem às tensões por ele mesmo criadas, dilapidando em ritmo acelerado os recursos materiais e energéticos, e comprometendo o ambiente geofísico, tais estruturas permitem que se estendam incessantemente as áreas de miséria e, com elas, a angústia, a frustração e a amargura» (nº16).

Tais estruturas iníquas, no entanto, não são uma fatalidade, uma brincadeira do destino ou algo diante do qual somos impotentes. Absolutamente! Elas devem ser detectadas, denunciadas e combatidas, se é que queremos uma vida social digna do homem.

Afirma a **Sollicitudo Rei Socialis**:

«É necessário denunciar a existência de mecanismos econômicos, financeiros e sociais, que, embora conduzidos pela vontade dos homens, funcionam muitas vezes de maneira quase automática, tornando mais rígidas as situações de riqueza de uns e de pobreza de outros» (nº16).

A verdade, como ressalta a **Sollicitudo Rei Socialis**, é que não se trata de “*falta de visão*”, de “*cálculos políticos errados*” e nem de “*decisões econômicas imprudentes*”. Trata-se de decisões, de comportamentos, de ações pessoais que, indo contra a vontade de Deus e contra o bem do próximo, geram e alimentam mecanismos e estruturas iníquas. Dentre essas ações e atitudes, duas – afirma a **Sollicitudo Rei Socialis** – parecem caracterizar a convivência social contemporânea: a *avidez exclusiva de lucro* e a *sede de poder* (cf. nº36 e 37).

Compreende-se, então, porque as estruturas iníquas se aninham principalmente no mundo da economia e no mundo da política. Mas compreende-se ainda mais a necessidade de discernir o caminho a ser seguido para superar tais situações.

Creio que as respostas existem em dois níveis.

Antes de tudo exige-se uma mudança dos comportamentos morais e espirituais, uma verdadeira revisão interior, uma conversão do coração. É preciso, então, praticar a solidariedade na trama da vida e da convivência como essência daquele amor que é serviço e doação. Assim, poderão florescer os belos frutos da igualdade, da fraternidade e do respeito às pessoas.

Juntos, para competir num mercado globalizado

Num segundo nível, é necessário direcionar esses comportamentos morais e espirituais, seja para erradicar as estruturas iníquas existentes, como para gerar estruturas novas que reflitam os valores positivos opostos àqueles aí contidos, como, por exemplo, comunhão de intentos, laboriosidade, espírito de serviço, dedicação à comunidade e ao bem comum, iniciativa, criatividade, solidariedade... O Magistério* chama estas estruturas novas, de “**estruturas do bem comum**” ou “**estruturas de bem**”. Eu prefiro usar a expressão “**estruturas de graça**”.

Neste nível de resposta, a Economia de Comunhão se configura como uma estrutura de graça:

- porque é construída por homens novos, movidos pelo amor evangélico, com espírito de serviço, para o bem de toda a sociedade;
- porque se insere dentro do mundo econômico, superando a cultura egoísta do ter, propondo e praticando a cultura da partilha;
- porque coloca em todas as relações de produção o respeito pela dignidade da pessoa, suscitando a igualdade e a fraternidade;
- porque revigora e promove tanto a cultura da legalidade, quanto a do máximo respeito ao bem comum;
- porque a empresa considera não só os próprios interesses, mas articula-se numa rede de relacionamentos que ultrapassa seus objetivos empresariais;
- porque respeita o ambiente, considerando a natureza um dom de Deus para esta geração e para as futuras;
- enfim, porque, abertamente e sem pudores desnecessários, mira decididamente à construção da “civilização do amor”.

A multiplicação dessas estruturas de graça já é garantia de algo novo que se apresenta no horizonte dos nossos dias, trazendo uma visão de mundo que nos enche de conforto e de esperança.

* Pontifício Conselho Cor Unum, *La fame nel mondo*, nº 25, 64.

Labomarques



No congresso EdC que se realizou em Porto (Portugal), entrevistamos Carlos e Cristina Marques, a respeito das recentes experiências que estão vivendo na busca de um caminho para salvar as características de sua empresa, dentro do processo de globalização que tem atingido também Portugal.

Vocês poderiam nos dar um resumo da experiência que fazem no âmbito da EdC?

Carlos Marques: «Eu e Cristina, minha esposa, somos formados em Farmácia e, em 1982, fundamos o LABOMARQUES, um laboratório de análises clínicas que desejávamos que fosse uma empresa “diferente”.

Quando, em 1991, Chiara Lubich lançou a Economia de Comunhão, contávamos com dez funcionários e tínhamos nos endividado a fim de comprar a participação de uma terceira sócia. Mesmo assim, aderimos ao projeto imediatamente e passamos a contribuir com uma parte do nosso lucro, não obstante as dívidas. Atualmente, com 50 funcionários, o LABOMARQUES é um dos maiores laboratórios de análises clínicas de Portugal, com elevado nível de qualidade e uma estrutura empresarial competitiva. Apenas alguns dos nossos colaboradores participam do projeto da EdC e da cultura da partilha, mas também aqueles que não estão envolvidos, participam do relacionamento que existe entre nós e do nosso estilo de vida. Os clientes do nosso laboratório dizem que nele encontram algo diferente: nós acreditamos que seja esta harmonia, este esforço de seguir Deus».

Cristina Marques: «Na vida das empresas nunca faltam momentos difíceis, de escolha. Em 1998, enfrentamos um grande problema: inesperadamente e sem motivos, vimos cancelado um importante convênio que havia sido firmado com uma empresa estatal. Este fato colocava em risco o equilíbrio econômico da empresa e ameaçava o emprego de um terço dos funcionários. Vivemos este momento na solidão, sem o apoio do nosso setor, mesmo se todos se pronunciaram, afirmando estarmos sofrendo uma injustiça. Mas foi também um momento que nos levou a uma profunda unidade entre nós e a um relacionamento de confiança na intervenção de Deus Pai, o nosso “Terceiro Sócio”, a quem havíamos destinado parte dos lucros, mesmo que endividados, e a quem agora confiávamos tudo, inclusive as nossas preocupações. Após termos superado, durante dois meses, a tentação de reduzir o quadro de funcionários, um acontecimento fora do nosso alcance inverteu a situação e confirmou que estávamos no caminho certo».

Labomarques

Como foi a vida da empresa neste último ano?

Carlos: «Neste último ano está surgindo uma nova preocupação no setor: algumas multinacionais e grandes grupos econômicos, que têm fácil acesso, por meio da bolsa, a importantes recursos financeiros, têm oferecido somas tentadoras para comprar os laboratórios de análises clínicas do país, começando pelos menores, mas com a intenção de alcançar os laboratórios de médio porte e depois, os maiores.

O poder de persuasão desses grupos é tão forte que os proprietários de muitos laboratórios acabaram cedendo às atraentes propostas. Isto significava a perda de identidade de tais empresas e, portanto, a decisão de vendê-las era sempre tomada com pesar; porém era motivada pelo fato de que a entrada desses grandes grupos no mercado, cedo ou tarde acabaria por excluir os seus laboratórios do mercado.

O nosso laboratório também foi visitado por um desses grupos, que nos fez uma oferta financeiramente muito tentadora. Mas, para nós, vendê-lo, mesmo com a provável manutenção dos postos de trabalho, teria significado a impossibilidade de continuar no projeto da Economia de Comunhão, pois não poderíamos mais decidir a linha de atuação da empresa e muito menos a destinação dos lucros.

Para além de qualquer cálculo econômico, foi justamente a determinação de não retirar a nossa empresa da EdC, que nos levou a buscar soluções alternativas a esse processo de globalização.

Após termos conversado longamente entre nós e com outros empresários da EdC, decidimos marcar um encontro com os responsáveis de outros laboratórios independentes de Portugal, para discutirmos o assunto.

Nesta reunião, que contou com uma grande participação, todos ressaltaram a preocupação em relação ao poder econômico desses novos grupos, bem como ao seu

comportamento nem sempre ético e comercialmente muito agressivo.

Nasceu, então, a idéia de criar uma “associação de empresas”, um consórcio no qual cada laboratório poderia manter as próprias características empresariais e a autonomia de decisão, e, ao mesmo tempo, pertencer a um grupo capaz de defender os interesses comuns, garantindo, principalmente às pequenas empresas, maiores possibilidades de resistir às pressões de se venderem aos grandes grupos. Seguiram-se várias outras reuniões, das quais participaram especialistas em gerenciamento, jurídicos e estatutários do nosso setor. Atualmente estamos na fase final de elaboração de um pacto social para a constituição de uma sociedade anônima, na qual os 20 laboratórios fundadores se tornarão sócios igualitários, apesar de apresentarem condições econômicas diferentes.

Esta nova empresa será constituída nos próximos meses, e graças à nossa iniciativa e liderança moral, procuraremos mantê-la no âmbito dos valores da Economia de Comunhão.

Ela terá a função de buscar benefícios para todas as empresas: todos terão a possibilidade de usufruir da economia de escala, pela constituição de um único departamento de compras para a aquisição de reagentes e dos caros equipamentos de análise; todos poderão se servir dos conhecimentos do grupo para obter os certificados ISO; para proporcionar a formação técnica e científica dos funcionários; para negociar novos financiamentos.

As reuniões que já se realizaram, apesar de serem poucas, suscitaram um novo relacionamento entre as empresas, inclusive entre aquelas que, anteriormente, tiveram problemas de concorrência.

Temos a certeza de que esta nova empresa-consórcio, além de nos dar a possibilidade de manter as próprias individualidades, facultará a promoção de um novo espírito de colaboração entre todos».



Carlos e Cristina Marques

Cristina e Carlos A. Marques

e-mail: labomarques@mail.telepac.pt

Há dois anos, uma empresa com a qual eu tinha relações comprou uma impressora laser colorida, de última geração, e fechou um contrato de garantia e de manutenção. Ao ligarmos para o telefone da assistência técnica, após vários problemas apresentados pela impressora, fomos indicadas empresas localizadas cada vez mais longe. Acabamos tendo que falar com uma central na Irlanda, que anotava todos os pedidos de assistência da Europa. Assim, os tempos de espera tornaram-se ainda maiores. Os técnicos nos sugeriram a troca da impressora, que ainda estava dentro da garantia, mas a decisão final coube à matriz, que demorou muito a dar a autorização. Nesse interim, li num jornal que a empresa fabricante da impressora, uma grande multinacional, há cerca de um ano se reestruturou de acordo com o modelo do *outsourcing*.

Em economia empresarial, *outsourcing* define-se como um processo de reestruturação, que implica no fechamento daquelas funções da empresa que, por não serem consideradas estratégicas, podem ser terceirizadas.

Por meio do *outsourcing*, partes da empresa são desvinculadas da mesma e transformadas em outras menores, que via de regra absorvem a mão-de-obra destes setores da empresa mãe e prestam, assim, serviços à matriz, bem como a outros clientes.

Os resultados para a matriz são: a redução dos custos gerais, uma maior flexibilidade e a transferência a terceiros de responsabilidades e riscos; com o conseqüente fortalecimento da eficiência e do grau de competitividade dos setores reestruturados.

Freqüentemente, porém, na atuação deste processo, não é suficientemente considerado que os relacionamentos com os empregados e com os clientes tradicionais, são parte integrante do patrimônio empresarial.

Com efeito, contratos de trabalho e parcerias, constituídos sobre tal precariedade, como acontece nos casos de *outsourcing*, podem aumentar a produtividade imediata, mas podem também levar a uma menor clareza quanto

Luca Crivelli

e-mail: Luca.Crivelli@lu.unisi.ch



O valor da reciprocidade entre o funcionário e a empresa é um fator importante para decidir uma possível reestruturação empresarial.

às responsabilidades e competências, transformando-se em insegurança junto aos clientes.

Neste sentido, após anos nos quais os teóricos da economia frisaram a necessidade de estipular contratos de trabalho que comportem recompensas e sanções bem definidas para cada ação do trabalhador, hoje o resultado de algumas pesquisas no campo da economia experimental soam como um alarme: **«Cuidem das relações de reciprocidade»**.

A qualidade das relações humanas instauradas com os colegas de trabalho e com os superiores dentro da empresa, constitui uma importante força motivacional. Quando se busca recompensar todo esforço positivo do empregado com dinheiro e se procura multar cada erro cometido, na verdade se está destruindo a sua "motivação intrínseca".

Recentemente, a economia experimental ofereceu uma contribuição extraordinária à redescoberta da reciprocidade na teoria econômica: na Universidade de Zurique, demonstrou-se empiricamente o que George Akerlof, da Berkeley University, afirmou em 1982: os contratos de trabalho funcionam melhor quando dão espaço a trocas recíprocas de dons entre empregador e empregado.

Imaginemos de um lado funcionários que se empenham em realizar o próprio trabalho animados por uma profunda lealdade à empresa, que os leva a promover os objetivos comuns até mesmo em situações nas quais poderiam buscar o próprio proveito, sem o risco de serem descobertos.

Por outro lado, imaginemos uma empresa que garanta aos seus empregados um nível salarial, previdência social, estabilidade, segurança no trabalho, em doses maiores do que eles poderiam obter procurando em outro lugar. O resultado desta interação é um bem-estar adicional repartido com equidade entre as partes.

Apesar da possibilidade de se reduzirem os custos, oferecida pela *outsourcing*, ainda são muitas as empresas que, seja pela cultura ou seja propositalmente, se recusam a apresentar-se aos trabalhadores com a postura de quem quer ganhar o máximo, dando o mínimo em termos de salário, de condições de trabalho e de estabilidade. Vale ressaltar também que esta atitude nem sempre se traduz em altos salários, mesmo porque as condições financeiras da empresa por vezes não o permitem. Todavia, altos salários não são o único fator que sensibiliza os funcionários.

Pode acontecer, e com certeza este é o caso de muitas empresas da Economia de Comunhão, que a troca de dons assuma a forma de respeito, de escuta, e do estabelecimento de um clima humano e acolhedor por parte dos responsáveis pela empresa.

Empresas deste tipo estão, com certeza, em condições de suscitar maiores respostas de reciprocidade dos próprios empregados para com elas, se comparadas com empresas nas quais o clima de trabalho é envenenado por uma competição exasperada e no qual se convive diariamente com o fantasma da demissão.

As novas teses

Antonella Barbieri

e-mail: a_barbieri@libero.it

Diploma em
Economia Empresarial
Universidade
dos Estudos, de Parma

**Economia de Comunhão:
uma possível abordagem
da administração
de empresas**

Orientador:
Prof. Marco Carcano

É possível, em nosso sistema, administrar uma empresa segundo os cânones que caracterizam a EdC? Foi feita uma pesquisa em amostragem de 40 empresas italianas que aderiram à EdC. Cada empresa recebeu um questionário a ser respondido por um membro da diretoria e por um representante dos empregados. Obteve-se um retorno de 50% de respostas.

A pesquisa demonstra que é possível organizar uma empresa renunciando a uma parte dos lucros, respeitando a legalidade, o meio ambiente e dando à pessoa humana o lugar central. E não só: essa maneira de ser empresarial suscita a cooperação entre as diferentes partes, um maior envolvimento e comprometimento para com a empresa, uma nova concepção de trabalho, isto é, com alguém e para alguém.

Além disso, a pesquisa demonstra que uma empresa da EdC é uma excelente iniciativa, capaz de produzir riquezas, bem-estar e sociabilidade; contribui para desenvolver contextos institucionais, econômicos e sociais idôneos ao desenvolvimento e garante uma adequada remuneração a todas as pessoas que colaboram com os resultados positivos e com o crescimento da empresa (os *stakeholders*), inclusive, é claro, aos seus acionistas (os *shareholders*). É a perspectiva que se apresenta às empresas do século XXI.

Birgit Oberhofere-mail:
Dietmar.Oberhofer@t-online.de

Diploma em Pedagogia
Universidade
Ludwig Maximilians,
de Munique

**A Economia e o modelo de
homem na sociedade
moderna.
Uma pesquisa pedagógico-
antropológica**

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Irmgard Bock

Tendo apresentado os modelos de homem, considerado hoje como ser econômico-racional, como ser social, como ser que almeja a auto-realização e como ser complexo, é analisada a influência que as atuais evoluções no campo econômico podem ter sobre a concepção de homem, e, ao mesmo tempo, é apresentada uma visão da economia empresarial e uma visão pedagógica do "homem na sua totalidade". Uma pesquisa experimental, efetuada nos departamentos para o desenvolvimento e a formação dos funcionários de empresas de processamento de dados e de tecnologia da informação, confirma a tendência acima mencionada.

Em seguida são ressaltadas as potencialidades econômicas, sociais e comunitárias que poderiam brotar de um diferente modelo de homem, como o que surge da EdC. Conclui-se que a atual fase de transformações impõe uma busca específica de um modelo mais harmonizado com a natureza e com as necessidades do homem.

O fato de que a Economia de Comunhão, centralizada no homem, esteja em condições de sobreviver e de crescer, demonstra que é possível propor um modelo que não se limita ao indivíduo, mas que o vê em relação com os outros e dentro do seu próprio tecido social. Este modelo abre o caminho para novas possibilidades operacionais e de organização na dinâmica econômica, e pode dar uma resposta aos problemas e às situações mais difíceis do nosso tempo. Surgem, ainda, conseqüências no campo pedagógico: a educação não deve ser submetida às exigências econômicas e não deve perder de vista o homem na sua totalidade, não apenas como indivíduo, mas como parte da comunidade.



Robert Guns



Paula Monetta

Ponto de referência mundial
para as teses:

Antonella Ferrucci

A/C Prometheus S/A
Piazza Borgo Pila, 40
16129 – Gênova – Itália
Fone: (+39)010/542011 – 5459820
fax: (+39) 010/581451
prometheus@interbusiness.it

Robert Guns

e-mail: rguns@nl.packardbell.org

Diploma em
Economia Empresarial
Universidade Erasmus
de Rotterdam

Economia de Comunhão:
análise de uma alternativa
econômica

Orientador:
Dr. H. Dubbelman

Foram analisados os problemas colocados pelo atual sistema capitalista, avaliando se a EdC oferece melhores alternativas, em que consistiriam essas alternativas e que benefícios poderiam delas resultar.

O atual sistema, baseado no interesse pessoal, gera a poluição do meio-ambiente, o estresse, o desemprego, a injustiça social e a pobreza, principalmente no terceiro mundo. Para resolver estes problemas, nascem iniciativas nas próprias empresas, geralmente objetivando alcançar uma melhor reputação.

Nesta tese a EdC é apresentada desde as suas origens, com a cultura da partilha, as suas linhas fundamentais e os conceitos para a gestão de uma empresa da EdC. Depois foi feita uma análise dos seus pontos de força, num paralelo com as soluções oferecidas pelo atual sistema, como, por exemplo, o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Considerando que as empresas da EdC conseguem sobreviver e tornam-se eficientes e produtivas no mercado, conclui-se que a EdC pode oferecer alternativas melhores do que as oferecidas pelo atual sistema capitalista, porque colabora para a erradicação da pobreza e promove uma mudança de mentalidade graças à cultura da partilha.

Paola Monetta

Diploma em Economia
Universidade dos
Estudos, de Salerno

Ética e economia no pensamento econômico contemporâneo: de Amartya Sen à EdC, no pensamento de Chiara Lubich

Orientadora:
Prof^a Eugênia Parise

Separar a economia da ética produz idéias e ações contrárias à natureza relacional da pessoa, bem como ao desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. A partir do aprofundamento do pensamento econômico de estudiosos como Sen, Mauss, Rifkin e Zamagni, salienta-se a necessidade de novas categorias econômicas, capazes de fazer aflorar as verdadeiras instigações do agente econômico e, portanto, a pessoa humana. Neste quadro, apresenta-se a EdC como expressão já realizada de uma economia social, da qual está surgindo uma teoria econômica de comunhão.

Mensagem para os formandos



Eva Gullo

Via M. K. Gandhi, 26
42100 – Regio Emilia
Fone: 0522/264668
e-mail: evagullo@iol.it

Mirella Guzzon

Via Turati, 123/3
40134 – Bolonha

ou para aqueles que iniciaram pesquisas em temas para teses de doutorado sobre a EdC

Olá, somos Eva e Mirella, formadas, respectivamente, em Ciências Políticas e Economia. Após a formatura, tivemos a oportunidade de desenvolver, juntas, um trabalho de pesquisa sobre a EdC.

Por meio da Secretaria do Movimento Econômico soubemos que, durante os vários congressos, alguns de vocês manifestaram o desejo de manterem contato, seja com os participantes desses encontros, seja com a própria Secretaria. Em nome desta Secretaria e com a sua supervisão, nos dispusemos a constituir um banco de dados, com o intuito de formar um grupo de discussões para todas as pessoas que, após a “aventura” de uma tese de doutorado sobre a EdC, queiram prosseguir, como estudiosos ou especialistas na própria profissão, colaborando com este “Grande Projeto”. Sem excluir a possibilidade de ampliar este campo a alunos ou estudiosos interessados na EdC.

Gostaríamos de conhecer a atividade de vocês e de saber como estão levando em frente a “cultura da partilha”. Caso lhes interesse, podem entrar em contato conosco pelo nosso e-mail, para que possamos nos manter informados reciprocamente, mediante mensagens, artigos e notícias. Obrigada e um abraço a todos!

Movimento Econômico

Nestas páginas publicamos notícias sobre alguns dos numerosos acontecimentos dos últimos dez meses, no âmbito da Economia de Comunhão e do Movimento Econômico, com a certeza de que são apenas uma parte daqueles que se multiplicaram no mundo.

Congressos e apresentações

- De 10 a 13 de setembro, em Hamburgo (Alemanha), realizou-se um seminário para dez estudiosos da Economia de Comunhão, com o objetivo de refletir sobre novos possíveis fundamentos teóricos. Participaram do evento Stefan Tjiemer, Mathias Sellmann, Lorna Gold, Etienne de Villemeure, Simona di Ciaccio, Luca Crivelli, Vittorio Pelligra, Benedetto Gui, Flavio Felice e Luigino Bruni.
- Em 27 de outubro, realizou-se em Latina (Itália), o congresso: «Mercado e solidariedade? A experiência da EdC», em resposta ao pedido de alguns diretores do Banco Ética. Após a exposição feita por Giorgio Del Signor, empresário da Unilab, de Roma, e do economista Luigino Bruni, houve um debate muito interessante com os representantes dos vários setores da sociedade civil de Latina. Justamente naqueles dias, a cidade estava enfrentando grave crise econômica em decorrência do fechamento da sede local de uma multinacional e, conseqüentemente, com a demissão de centenas de trabalhadores. Nesse contexto, a proposta da EdC surgiu como um sinal de esperança.
- Em 30 de outubro, realizou-se em Barcelona um congresso para apresentar a Economia de Comunhão a empresários e estudiosos da Catalunha. Entre eles estava o professor de Economia Empresarial, Miguel Angel Cestona, bem como pessoas de outras regiões da Espanha. No programa foi apresentado o “Documento para uma Ação Econômica de Comunhão”, que o Prof. Juan Biosca Gonzales, responsável pela pastoral do trabalho da diocese de Valência, decidiu publicar em todas as paróquias de sua diocese, propondo a sua aplicação.
- Em Porto (Portugal), no dia 4 de novembro, realizou-se um congresso e, no dia 5, um seminário universitário, dos quais falaremos mais detalhadamente na página 20 desta edição.
- Em 10 de novembro, em Buenos Aires (Argentina) os irmãos Muños, da Iluminaciones Lanin, receberam o Prêmio “Empresa do ano”, conferido pela Associação dos Empresários Cristãos; na ocasião apresentaram a EdC. No mesmo dia, foi assinado um acordo de colaboração para estudos comuns “para o progresso e a compreensão entre os povos, para um desenvolvimento sustentável”, entre a Universidade de Antioquia, de Medellin (Colômbia) – onde a EdC foi apresentada em maio do ano passado – e o Bureau Internacional de Economia e Trabalho, de Humanidade Nova.
- Nos dias 12 e 13 de novembro, em Vilnius (Lituânia) a EdC foi apresentada no Congresso Internacional dos Economistas realizado na Universidade Agrária de Kaunas.
- Em 14 de novembro, na Mariápolis Araceli, a EdC foi apresentada a um grupo de senadores, deputados e assessores da Comissão de Combate à Pobreza. Durante a programação, houve a visita ao Pólo Spartaco. A seguir, a TV Senado noticiou a visita, apresentando o projeto EdC e fazendo referência à Mariápolis Araceli.
- A tese de Anna Maria Eleonora (de Catânia): “As economias alternativas: uma proposta para a economia do terceiro milênio”, centralizada na Economia de Comunhão, recebeu, no dia 17 de novembro, em Roma, o Prêmio 2000, do Instituto Poligráfico e Zecca do Estado, que busca “ressaltar os aspectos culturais e científicos para o novo milênio”.
- Em 5 de dezembro, realizou-se, em Trento, um congresso de aprofundamento da EdC, que teve a participação de várias autoridades. Durante o congresso, parlamentares nacionais declararam a intenção de formular um novo projeto de lei fiscal que incentive os lucros à formação e à solidariedade, segundo as características da Economia de Comunhão.



Iniciativas de pesquisa

■ No dia 27 de janeiro, em Malta, realizou-se um simpósio na Universidade, com a participação de importantes economistas e políticos do país. Houve uma grande repercussão na imprensa. Foi apresentado o testemunho de um empresário alemão e de uma empresa da EdC, de Malta. Houve ainda a exposição do projeto feita pelo prof. Lino Delia, economista conhecido em toda a Europa e ex-diretor do Banco de Malta (*ver p. 21*).

■ A EdC foi apresentada no dia 4 de fevereiro, em Ancona (Itália). No dia 10, em Roma, foi lançado um novo livro sobre a EdC e, nesse mesmo dia, em Bolonha, realizou-se uma conferência sobre a EdC: «Mais do que o lucro, o homem. Um novo modo de produzir e distribuir riquezas», que teve como palestrante o Prof. Zamagni. Ainda no dia 10, em Bolonha, Eva Gullo expôs à comissão Científica do Instituto Luigi Luzzati – do qual recebeu uma bolsa de estudos – as suas conclusões de pesquisa sobre o tema «As sociedades Cooperativas e o projeto da Economia de Comunhão», elaborada junto com outros quatro jovens estudiosos, cujo objeto de pesquisa foi o Consórcio de Cooperativas Roberto Tassano, de Sestri Levante (Itália).

■ Atendendo ao convite da Administração Municipal e do grupo “Mulheres do terceiro setor”, a EdC foi apresentada em Cúneo (Itália), com os testemunhos da Webert Ltda., do Grupo Consórcio Tassano e da Ancilla S/A .

■ No dia 18 de março, em Praga (Rep. Checa), realizou-se um encontro de empresários. Em 19 de março, em Brno, houve uma apresentação pública da EdC. Em Taranto (Itália), em 30 de março, foi apresentado o último livro sobre a EdC no centro Cultural da Universidade Católica do Sagrado Coração.

■ O Instituto Veritatis Splendor, instituição cultural da Igreja em Bolonha, promoveu nesses últimos dois anos diversos projetos de pesquisa nos vários campos da cultura. Em julho de 1999, foi iniciada uma pesquisa econômica e outra sociológica, com o objetivo de evidenciar e estudar o que há de mais vital e inovador na sociedade civil italiana, com uma atenção especial para o mundo católico. Nessas duas pesquisas foram incluídos trabalhos sobre a EdC.

Os projetos, com dois anos de duração, serão coordenados pelo Prof. Zamagni (Economia) e pelo Prof. Pierpaolo Donati (Sociologia).

Benedetto Gui, Luigino Bruni, Simona di Ciaccio e Vittorio Pelligra, estudiosos na vanguarda da EdC, estão entre os protagonistas do projeto, com a certeza de que surgirão resultados de grande ajuda ao aprofundamento teórico e cultural da EdC.

■ Na Universidade Bocconi, de Milão, nasceu um grupo permanente de reflexão sobre a EdC, desejado e coordenado pelos professores Vittorio Coda e Mario Molteni, e mantido pelo Instituto para os Valores da Empresa e pela Associação dos Empresários da EdC de Milão. Como primeiro passo, foi formulado um questionário e enviado às empresas da EdC na Itália. Ele recolherá dados para uma pesquisa sistemática da EdC, sob o perfil econômico-empresarial.

■ Na Universidade Católica de Pernambuco, em Recife, continuam os trabalhos do grupo de estudos sobre a «EdC: nova ética de emancipação humana». Em outras universidades do país, estão nascendo grupos informais de estudo.



Congresso EdC de Porto

Por iniciativa da Universidade Católica Portuguesa, do Centro Regional do Porto e da Ong "Ações para um Mundo Unido", com o apoio da Fundação Antonio Cupertino de Miranda, no dia 4 de novembro de 1999, realizou-se o congresso sobre a EdC, com a participação de Felipe Coelho, Alberto Ferrucci, Antonio Faria Lopes, Benedetto Gui e Manuela Silva.

A Professora Manuela Silva, economista e uma das mais eminentes personalidades do catolicismo português, denunciando o super poder do capital e a poluição social provocada por ele, propõe a mensagem da EdC, «uma economia totalmente oposta à atual... que exige o nascimento de novos atores sociais, que vivam esta transformação radical no relacionamento com os bens materiais, com as pessoas e com a sociedade.

A Economia de Comunhão tem valor em si mesma, pelas pessoas que são envolvidas por ela, pelos fornecedores, pelos clientes e também pelas empresas concorrentes. Tem valor pela dinâmica que introduz entre pessoas e grupos da sua rede de solidariedade. É uma forma de protesto positivo em relação à atuação da empresa capitalista».

O Professor Américo Mendes, diretor do curso de Economia da Universidade Católica, comentou: «Quando duas, três, quatro pessoas se reúnem para realizar alguma atividade orientada ao serviço dos outros, mais cedo ou mais tarde sensibilizam a generosidade latente nas pessoas, principalmente quando percebem que não são apenas duas ou três, mas 30, 300, 3 mil, 3 milhões...

Hoje, após dois mil anos, a EdC repete o milagre da multiplicação dos pães. Não sei se o mundo mudará por causa disso, mas de uma coisa eu tenho certeza: nos ambientes em que essas pessoas operam, o mundo sem dúvida é melhor».

O Dr. Barbosa Rodrigues, professor de Bioética na Faculdade de Biotecnologia da Universidade Católica, comentou: «É uma mensagem espetacular, uma proposta nova, um novo modelo que precisa ser profundamente meditado. Este projeto que envolve as pessoas, os trabalhadores, pode ter sucesso. Esta participação conjunta na produção de riqueza é um caminho para a paz, caminho que significa estabilidade social e felicidade, promoção da pessoa em toda a sua plenitude».

Benjamin Ferreira

e-mail: benjamin_ferreira@ip.pt

O Congresso teve uma notável repercussão nas primeiras páginas da imprensa nacional, que publicou detalhadamente a experiência de Antonio Faria Lopes, um empresário do país.

Os anais do congresso, em português, que trazem inclusive o discurso de Chiara por ocasião do doutorado *honoris causa* em Economia, recebido em Piacenza, e o documento programático do Movimento Econômico "Por um agir econômico de comunhão", podem ser adquiridos junto com o videoteipe que documenta o congresso pelo e-mail: edc@ip.pt



Simpósio em Malta

No dia 27 de janeiro deste ano, a Universidade de Malta promoveu um simpósio, cujo título foi: «Economia de Comunhão, uma possível relação com a economia e a empresa», organizado por Humanidade Nova e patrocinado pelo Banco APS.

O congresso foi aberto por André Camilleri, advogado de uma grande empresa de Malta. Seguiram-se os discursos de Alberto Ferrucci e Luigino Bruni e as experiências do empresário alemão Theo Naarmann e da empresária Vivienne Attard, de Malta, ambos da EdC.

A imprensa local reservou um grande espaço ao evento, nesse país que ainda tem muito viva a lembrança do discurso de Chiara Lubich, pronunciado um ano atrás, nesta mesma Universidade, na ocasião em que lhe foi conferido o título de doutor *honoris causa* em Psicologia. O Simpósio foi encerrado pelo Prof. Lino Delia, um dos principais economistas malteses, consultor de vários governos e por oito anos presidente do Banco de Malta, personalidade de destaque em toda a Europa.

Publicamos algumas de suas reflexões sobre a Economia de Comunhão, após uma lúcida análise dos problemas não resolvidos, impostos pela economia globalizada à sociedade maltesa, prestes a integrar a Comunidade Européia, e que se caracteriza também por uma progressiva falência do sistema de seguridade social:

«A nova perspectiva apresentada pela EdC chega no momento certo (...) as empresas da EdC lutam para ser eficientes, se adaptam ao mercado para conseguir sobreviver; somente assim podem estar em condições de assistir os funcionários e outras pessoas. Quando precisam se reestruturar, encontram caminhos novos para não recorrer a demissões, estimulam a inovação e a melhoria dos relacionamentos com os fornecedores e os clientes...

(...) Um importante desenvolvimento do modelo de Comunhão encontra-se no campo político: com a sua solidariedade, este não se deixa aprisionar nos limites construídos pelo homem. Neste amplo contexto, “o país dos outros é o meu país”, e assim, estende-se o território social, político e econômico.

(...) Poderíamos dizer que, na sociedade maltesa, já se encontram os elementos que constituem o modelo da EdC, mas eles estão sufocados por outras considerações que distraem a atenção do impulso altruista. Contudo, a sociedade maltesa vê-se atualmente obrigada pelas circunstâncias a reconsiderar o seu modelo social, os relacionamentos entre os indivíduos, as famílias, o trabalho e a sociedade. Este momento de transformação pode ser ideal para escolher políticas de longo prazo, capazes de criar um contexto no qual a cultura da comunhão tenha a possibilidade de prevalecer sobre as presentes culturas do ter e do receber.

(...) O modelo EdC parte da cultura da iniciativa própria: as pessoas procuram ser independentes para poderem ajudar os outros.

(...) O ideal da comunhão espera um “novo ser humano”, aquele que a cristandade repropõe há dois milênios. É necessário dedicar-se mais à formação deste “novo ser” do que a criar um melhor sistema de trocas. Aderir à Cultura de Comunhão é a lúcida decisão de se adotar uma série de valores, e passar a um comportamento econômico “não livre de valores”, aquilo que a moderna teoria econômica do bem-estar se abstém de fazer. Este Simpósio pode ser um início promissor de uma séria e contínua discussão sobre este importante aspecto do bem-estar pessoal e da coesão social».



Carmel Bonello

Lino Delia

Vivienne Attard

Um modelo mais rico de atuação econômica

(...) Somente considerando aspectos como a justiça, a equidade, a reciprocidade, a doação e a confiança, podemos compreender melhor o complexo contexto das interações sociais e construir um novo modelo de racionalidade.

Nove anos atrás, quando Chiara Lubich propôs o modelo de Economia de Comunhão, não estava pensando – como ela mesma lembra – numa nova teoria. No entanto, a necessidade de uma elaboração em nível teórico brotou, espontaneamente, da exigência de repensar algumas típicas categorias conceituais da teoria econômica tradicional, que não se adequavam à concepção do homem que está no centro deste projeto. De fato, a EdC se fundamenta numa cultura específica – a “cultura da partilha” – e esta, por sua vez, se baseia numa determinada concepção do homem, da pessoa humana.

Fica claro, portanto, que, se quiséssemos entender o que impele um empresário a colocar em comum os lucros que sua empresa produz, não poderíamos limitar as nossas hipóteses explicativas ao mero proveito pessoal, ao egoísmo, típico da economia tradicional.

Poderíamos questionar ainda: por que é tão importante que existam modelos teóricos corretos e em consonância com os fatos? Além do mais, trata-se sempre de palavras! Prescindindo, pois, do fato que os economistas possam ter ou não a idéia certa sobre os comportamentos das pessoas, estas continuarão agindo como sempre, à margem das teorias, sejam elas corretas ou equivocadas.

Esta observação deixa escapar, porém, um importante aspecto para as ciências sociais. Trata-se do fato que o observador, ao olhar o mundo com a luz da ciência, “lança sobre ele a sua própria sombra” (a expressão é de Ludwig Wittgenstein). Em outras palavras, a descrição que nós fazemos da realidade social e as convicções que temos a seu respeito, tendem a modificar a própria realidade. Um típico caso é o da bolsa de valores. Se todos acreditassem (baseados numa teoria incorreta) que amanhã o valor de um determinado título iria cair, todos os investidores desse título se precipitariam em vendê-lo, causando a queda do título não amanhã, mas imediatamente.

Portanto, a teoria é importante. No decurso da história, muitas pessoas entenderam isso, e algumas delas até colocaram em prática essa intuição, tentando moldar a sociedade a seu bel-prazer, propagando uma visão distorcida da realidade, a fim de levar o povo a comportar-se de acordo com a conveniência de um determinado grupo.

O papel de uma teoria correta è, no entanto, o de apresentar o comportamento humano e social sem preconceitos, em toda a sua riqueza e complexidade, sem exclusões e sem imposições.

No caso em questão, não se trata de construir *a priori* uma teoria econômica baseada em hipóteses de altruísmo universal, e sim uma teoria que admita aquela motivação no agir, bem como aqueles comportamentos que experiências reais como a EdC põem em evidência.

Mas, de que forma abordar cientificamente essa matéria? Há alguns anos, uma nova metodologia de pesquisa está ganhando terreno na comunidade dos economistas, justamente para tentar responder à exigência de compreender o comportamento econômico dos homens (e mulheres) reais. É uma metodologia baseada na reconstrução em laboratório de situações semelhantes àquelas reais. Digamos que, em princípio, busca-se recriar condições reais, simuladas e certamente simplificadas, mas que contenham todos os elementos importantes observados na vida real. Nestas situações se inserem os sujeitos, que recebem os correspondentes incentivos, e cujas reações são observadas em cenários diferentes: na



Vittorio Pelligra

e-mail: Vittorio.Pelligra@uea.ac.uk

interação com outros sujeitos (conflito, cooperação, coordenação), ou em situações que exijam tomada de decisões pessoais diante de opções incertas; ou ainda são simulados pequenos mercados virtuais, onde a oferta e a demanda se encontram (pensemos, por exemplo, no caso de um empresário que ofereça emprego a um determinado salário, e cujos possíveis funcionários devem decidir se aceitam ou não).

Alguns dos resultados mais interessantes que a economia experimental evidenciou estão ligados à capacidade dos indivíduos de se comportarem de forma desinteressada, altruísta ou, geralmente, “orientados para os outros”, muito além do que a teoria tradicional permitiria prever.

Observou-se, de fato, que muitas situações com variáveis previstas para acabarem em conflitos, com desvantagem para ambas as partes, são enfrentadas por boa parte dos sujeitos com uma atitude de cooperação; uma atitude que leva a êxitos superiores e mais eficazes. A reciprocidade, a confiança e o altruísmo, são alguns dos motivos que podem explicar esses comportamentos “anormais”.

Um dos grandes méritos da economia experimental é o de ter fornecido uma grande quantidade de novas hipóteses sobre o que realmente induz as opções do homem no campo econômico (e não só neste campo).

As teorias fundamentadas exclusivamente no modelo tradicional do *homo economicus*, individualista e interessado só em si mesmo, devem agora se confrontar com uma enorme quantidade de dados que modificam aquelas conclusões. E já estão emergindo novas hipóteses a serem verificadas, que estarão formando uma idéia mais complexa e mais realista do agente econômico. Percebe-se quanto é necessário considerar aspectos como a justiça, a equidade, a reciprocidade, a doação e a confiança, para podermos compreender melhor o complexo mundo das interações sociais e assim construir um novo modelo de racionalidade. Ora, se aprofundando a reflexão teórica com o importante auxílio da economia experimental, cria-se um modelo de agente econômico mais completo, talvez tenhamos maiores possibilidades, não só de melhor compreender amplos setores da vida econômica, mas também de criar políticas mais eficazes de desenvolvimento e de ajuda à pobreza. E, de modo mais genérico, inclusive instituições mais eficientes.

«O profissional liberal – engenheiro, advogado, médico – nunca pensa que chegou a hora de se retirar do exercício da profissão, para gozar de um merecido repouso, a tal ponto que, nos elogios que lhe fazem, dizem “que trabalhou até o último momento...”. Da mesma forma, o industrial, o comerciante, o banqueiro, o agricultor, jamais se resigna a colocar um limite à própria empresa. Pelo contrário, ele a imagina cada vez maior e mais forte... Investe uma parte, muitas vezes a maior parte da sua renda, na aquisição de novas máquinas, na construção de um novo galpão, na ornamentação das vitrines de sua loja... Geralmente esses ricos levam uma vida modesta, parca na alimentação e nas satisfações materiais. São os primeiros a chegar ao trabalho e os últimos a sair.

As pessoas que os observam, pensam: por que tanto trabalho e tanto esforço? Por que não gozar de algumas delícias da vida como lhes seria possível e lícito? Por que permanecer, às vezes, rudes e sem muita cultura, objeto de ironia dos intelectuais? Mas convide-os a falar da empresa que criaram, e se tornarão eloqüentes e inspirados como o sacerdote ou o poeta!

Quem os escuta percebe estar diante de homens experientes e sábios, que criaram algo que sem o seu afincamento não teria existido. Eles obedeceram... ao mesmo chamado interior ao qual se submete o estudioso que, na idade avançada, transcorre o seu dia entre os livros e os netinhos. As visitas e os familiares se surpreendem, dizendo: Por que ele ainda estuda? Que necessidade tem de continuar a ler, cansando a mente, se já conseguiu um diploma e já concluiu a sua carreira?

Mas como o estudo não cansa a mente e é uma exigência natural da vida do estudioso, da mesma maneira servir a empresa, com o desejo de ampliá-la e de levá-la à liderança, não é razão de cansaço ou de renúncia para o empresário.

(Luigi Einaudi, Lausanne, 1944)

Utilidade e inutilidade do agir humano

As rochas de uma mina de ouro da Indonésia, antes consideradas riquíssimas, mais tarde revelaram-se, desprovidas do precioso mineral. “Que azar!”, dirá alguém. Porém talvez tenha sido melhor assim.

Vamos tentar imaginar o que teria acontecido caso elas fossem preciosas. Uma maravilhosa área de floresta tropical seria abatida, para dar lugar à enorme infra-estrutura necessária para a exploração, além de acumular montanhas de detritos que caracterizam a paisagem nas áreas de mineração. Novas aldeias surgiriam para hospedar milhares de operários e outras pessoas ligadas a esse trabalho.

Haveria, ainda, um vaivém de helicópteros e de jatos executivos para transportar os dirigentes e os homens de negócios. Seriam providenciadas para eles acomodações adequadas, com todo o conforto, dignas de quem “coordena a criação de riqueza para vantagem de todos nós”.

Será correta esta definição?

Pelo menos nesse caso, eu diria, indubitavelmente, que não!

O perigo da inutilidade aninha-se em inúmeras atividades empresariais. Algumas reflexões sobre o significado da nossa atividade econômica.

Apesar da sincera convicção sobre a qual se fundamenta a imagem que certos homens de negócios fazem do próprio papel na sociedade, o que eles supervisionam é um gigantesco desperdício de recursos.

De fato, o ouro extraído a alto preço não serve para a produção de bens úteis. Já existe uma enorme quantidade de ouro para uso industrial e para fabricação de jóias. Ele se encontra nos subterrâneos de Fort Knox e em outros depósitos blindados de bancos e de propriedades particulares, com a única função, convencional, de reserva de valor.

Alguém certamente poderia pensar que, mesmo sendo inútil, a extração do ouro garantiria trabalho a muitas pessoas que dele têm extrema necessidade. Esse resultado, porém, pode ser obtido pela sociedade empregando aqueles operários na realização de obras de grande urgência e utilidade, como saneamento básico e adutoras nos centros urbanos da própria Indonésia ou nos países vizinhos.

A extração de ouro è, sem dúvida, um caso limite. Mas quantas instalações industriais foram construídas, com a abundância de meios e de sacrifícios que iniciativas de máxima importância requerem, e que nunca entraram em funcionamento...! Em alguns casos pela falta de visão de quem as projetou, em outros por imprevisíveis mudanças das condições de mercado!

Quanto produtos elaborados com cuidado acabam no lixo, sem nem sequer chegarem às mãos do consumidor! Isso sem falar de produções industriais altamente poluentes que, caso fossem contabilizados os danos ambientais que elas provocam, demonstrariam que são destruidoras, ao invés de criadoras de riqueza. Enfim, quantos estudantes universitários, aos quais nós, professores, nos esforçamos para transmitir o que consideramos serem preciosos conhecimentos, acabam tendo que deixar de lado tudo o que aprenderam para procurar um emprego totalmente diferente?

Em síntese, o perigo da inutilidade aninha-se em inúmeras atividades empresariais às quais dedicamos grande parte do nosso tempo e das nossas energias.

Mas há algo pior. Mesmo se as atividades que estamos desenvolvendo sejam realmente úteis, pode ser que nós não o sejamos. De fato, poderia acontecer que em nosso lugar alguém mais competente ou mais enérgico, realizaria melhor essas mesmas atividades. Procuremos resistir à sensação de desânimo que talvez nos envolva ao constatarmos que somos “servos inúteis”. Se o que eu disse é verdade – como creio que seja – tomar consciência disso só poderá nos ajudar a chegar a conclusões corretas, em vários sentidos.

Antes de tudo, refinando a nossa sensibilidade e a nossa compreensão da realidade na qual agimos, talvez possamos fazer algo para orientar melhor a nossa atividade, a fim de melhor servir ao bem comum.

Benedetto Gui

e-mail: gui@decon.unipd.it



Em segundo lugar, alguma dúvida sadia quanto à utilidade social do nosso trabalho pode nos ajudar a não cair em excessos de auto-estima e a não sacrificar no altar da vida profissional o que não deveríamos imolar, começando pela vida familiar e espiritual.

Por fim, se a nossa atenção não estiver por demais absorvida pela absolutização do resultado, como normalmente ele é medido, podem ser melhor apreciados outros aspectos, não “produtivos” no sentido usual, do nosso empenho no âmbito profissional, por exemplo: a qualidade da colaboração que conseguimos estabelecer com quem trabalha ao nosso lado ou sob a nossa responsabilidade, o clima humano que podemos ajudar a criar nos ambientes de trabalho ou de estudo em que nos encontramos e a atenção que podemos dedicar às pessoas que encontramos ao realizar as nossas atividades.

Esses outros “resultados” talvez sejam os mais importantes, tanto para nós quanto para os nossos interlocutores, e mantêm todo o seu valor, para os interessados e para toda a sociedade, independentemente do resultado das atividades que desenvolvemos.

Então, não desanimemos! Trabalhem com afinco e, se possível, com um cuidado ainda maior com os efeitos globais resultantes do que fazemos e com as pessoas que nos cercam.

Sete anos após a publicação do primeiro número especial que a revista "Nuova Umanità" dedicou à EdC, foi lançado um segundo volume dedicado inteiramente a este assunto.

Com estas palavras Chiara Lubich concluiu a sua exposição na Universidade do Sagrado Coração, em Piacenza, que lhe conferiu o título de doutor *honoris causa* em Economia.

Este número especial dedicado à EdC testemunha aquele interesse dos estudiosos de disciplinas econômicas e sociais a que Chiara se referiu. (...)

Nestes anos a EdC se desenvolveu muito, antes de tudo no plano dos fatos: o pequeno número de empresas pioneiras que, em 1991, aderiram à proposta de Chiara, hoje tornou-se uma realidade que abrange cerca de 700 empresas, nos cinco continentes.

A reflexão cultural também cresceu, junto com as empresas. Os primeiros a agir foram os jovens: quase cem teses já foram discutidas ou estão sendo elaboradas. (...) Há um interesse cada vez maior também no âmbito da comunidade científica: alguns estudiosos encontraram na EdC novas idéias para a reflexão teórica. Os ensaios reunidos na segunda parte do livro são um primeiro testemunho desse trabalho em termos de ciências econômicas. O livro inicia com três ensaios de natureza introdutória, que ajudam a fazer uma ponte entre o primeiro volume sobre a EdC e este segundo. Eles dão as coordenadas para a articulação de todos os trabalhos: a exposição feita por

Chiara Lubich em Estrasburgo, em maio de 1999, que representa uma descrição sintética e límpida da bagagem cultural e espiritual da história e das características da EdC (um constante ponto de referência para outros ensaios); o artigo da socióloga Vera Araújo sobre a cultura e a antropologia que estão por trás do projeto, e o de Alberto Ferrucci, coordenador do projeto, que olha para estes anos de história da EdC segundo a ótica dos empresários. (...) O que emerge dos ensaios apresentados, embora com diferentes graduações e enfoques, é a necessidade de que a ciência econômica amplie o seu ângulo visual, a fim de poder compreender e descrever na sua peculiaridade, um fenômeno como a EdC. Em particular, alguns autores propõem que sejam repensadas as categorias fundamentais desta ciência econômica, tais como os conceitos de bem econômico, de bem-estar, de racionalidade econômica, para que se possa compreender e descrever corretamente a atividade de empresas com uma "força motriz ideal". (...)

Gostaríamos, ainda, de ressaltar a nossa convicção de que uma realidade como a EdC não pode ser compreendida na sua complexidade apenas com os instrumentos da ciência econômica, por mais renovada e enriquecida que seja. Compreendemos uma experiência vital somente em contínuo contato com a própria experiência, ou seja, visitando empresas que aderem ao projeto, e entrando, pelo menos em parte, na vida cotidiana desses homens e dessas mulheres, empresários e trabalhadores, plenamente imersos no mundo dos negócios, cujo coração está em outro lugar, mas não muito distante. Mais do que as contas e as vendas, obviamente necessárias, parece que o interesse deles se concentra no bem-estar das pessoas que os cercam (colegas, funcionários, clientes, pessoas em necessidade que às vezes nem sequer conhecem, e até mesmo os concorrentes) e – não menos importante – na salvaguarda da própria motivação humana e espiritual. São estas as pessoas que os autores dos artigos aqui reunidos tinham em mente ao escrever a "teoria".

Enfim queremos frisar que os trabalhos aqui apresentados são fruto de um intercâmbio vital, frutuoso, franco, que mesmo respeitando as diferentes sensibilidades e convicções pessoais de cada um, possibilitou que a pesquisa intelectual se tornasse, pouco a pouco, um caminho de amizade e, justamente de "comunhão". (...)

Luigino Bruni

e-mail: bruni.l@flashnet.it



Diálogo com os leitores

Quem determina a destinação dos lucros?

O fato de que os lucros de uma sociedade de responsabilidade limitada sejam de propriedade dos sócios, despertou a nossa atenção ao problema de como distribuí-los enquanto sociedade. Nós gostaríamos que o seu destino fosse decidido pela nossa empresa, a SAPedc, que nasceu para ser uma empresa da Economia de Comunhão, e não pelos sócios. Para realizar isso, classificamos como custo, logicamente não dedutível, o correspondente aos dois terços do lucro. Por isso, não só não tivemos isenções fiscais, como pagamos mais impostos...

Marina Vriz (Bolonha)

Vocês gostariam de contar com uma sociedade de capital que, no momento, não existe. Depois de ter recolhido os impostos sobre o lucro apresentado no balanço, cabe aos sócios decidir se retirar o lucro líquido ou de que forma utilizá-lo. Se eles não tivessem mais esse direito, as ações dessa sociedade perderiam todo o valor comercial, pois estas se baseiam na rentabilidade que podem proporcionar.

Por outro lado, a decisão de partilhar nasce livremente das pessoas destinatárias da renda, os sócios; e se alguns deles não concordassem em reparti-los, é justo que tenham toda a liberdade de agir assim.

Uma vez que a empresa nasceu como empresa da EdC, como no caso em questão, é lógico que vocês almejem que ela queira destinar os dois terços do lucro segundo as finalidades da EdC, e assim vocês, enquanto sócios, podem tomar esta decisão.

Na Itália podem ser considerados custos dedutíveis aqueles destinados a tais finalidades, e desde que não ultrapassem os 2% do lucro da empresa. Em outros países, como nos Estados Unidos e em Portugal ("Lei do Mecenato"), a dedutibilidade é muito maior.

Talvez seria mais justo elevar a alíquota de dedutibilidade ou encontrar novas formas de incentivo fiscal, tendo em vista que essas contribuições irão "subsidiar" deveres que cabem ao Estado.

É necessário fazer propostas para uma nova legislação. Vários parlamentares italianos já se colocaram à disposição para apoiar novos projetos de lei com vistas à redução da carga tributária sobre os lucros distribuídos por pessoas físicas ou jurídicas para fins como a EdC ou análogos.

Seria já um grande passo à frente se uma lei estabelecesse que tais contribuições que financiam a solidariedade e a formação tivessem o mesmo tratamento fiscal das contribuições destinadas ao financiamento político. No caso da política, seja as sociedades que as pessoas físicas podem destinar, com isenção de impostos, até 50 milhões de liras por ano, o que equivaleria a 50 mil reais.

Esperemos que, num tempo não muito distante, o desenvolvimento do projeto e a adesão cada vez mais plena aos valores que o fundamentam, favoreçam uma legislação fiscal mais justa, que permita às empresas doarem ainda mais.

Devo dizer, porém, que partilho com vocês a convicção de que é a empresa que adere à EdC, e não apenas os sócios

individualmente. A adesão à EdC compreende toda a vida empresarial, ou seja, relacionamentos, opções éticas, capacidade de "criar comunhão"; o encaminhamento do lucro segundo as três finalidades é somente a ponta visível de um *iceberg*.

As sociedades anônimas não foram concebidas, em nossa ordem jurídica, como empresas de "comunhão". As S.A. são formas jurídicas pensadas para aquelas pessoas que realizam suas atividades com vistas à renda: produzir de modo eficiente, a fim de obter lucro e distribuí-lo entre os sócios.

Muitas empresas EdC sentem-se apertadas dentro da "veste" jurídica que outros, com outras finalidades e visões da vida e da economia, pensaram para eles. Veremos, nos próximos anos, o que essas exigências poderão trazer em benefícios.

Alberto Ferrucci

e-mail: prometheus@interbusiness.it

telefax: 010/581451

Na legislação brasileira

No Brasil, os incentivos fiscais dedutíveis do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas foram alterados pela Lei nº 9532/97 e pela Medida Provisória nº 1855, com vigência a partir de 01.01.1998. O art. 10 da Lei nº 9532/97 dispõe que, "do imposto apurado com base no lucro arbitrário ou no lucro presumido não será permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal". Com isso, os incentivos fiscais dedutíveis do imposto de renda só poderão ser utilizados pelas empresas tributadas com base no lucro real. Há incentivos fiscais que podem ser deduzidos dos pagamentos mensais obrigatórios, enquanto outros somente podem ser deduzidos na declaração de rendimentos.

Dedutíveis nos pagamentos mensais ou na declaração:

- PAT – Programa de alimentação ao trabalhador;
- Doação para Fundo da Criança;
- Atividade cultural;
- Atividade audiovisual.

Os percentuais para essas deduções estão nas próprias leis de incentivos fiscais.

